

202200036002188

**TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº 489/2025 - GOINFRA**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 101/2022 - GOINFRA, CELEBRADO ENTRE A GOINFRA E O MUNICÍPIO DE ISRAELÂNDIA, REFERENTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE ISRAELÂNDIA, NESTE ESTADO, NA FORMA ABAIXO:

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – GOINFRA, autarquia estadual criada pela Lei Estadual n.º 13.550, de 11 de novembro de 1999, **jurisdicionada à Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINFRA, por força do Decreto Nº 10.218, de 16 de fevereiro de 2023 e Decreto Nº 10.569, de 10 de outubro de 2024**, e por força da Lei estadual nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, inscrita do CNPJ sob o n.º 03.520.933/0001-06, com sede na Av. Governador José Ludovico de Almeida, n.º 20 (BR-153, Km 3,5), Conjunto Caiçara, Goiânia-GO, neste ato representada por seu Presidente, **PEDRO HENRIQUE RAMOS SALES, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 2.166.607 – SSP/DF e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 002.080.231-51**, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada **GOINFRA**.

MUNICÍPIO DE ISRAELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.067.248/0001-32, com sede administrativa na Rua Rio Claro, N. 186, Centro, Israelândia, CEP: 76215-000, estado de Goiás, neste ato representado por sua Prefeita, **ADELÍCIA MOURA DA COSTA**, brasileira, portadora da Cédula de RG nº 5048045 PC/GO, inscrita no CPF sob o nº 022.631.191-08, residente e domiciliada na Avenida Jovito Ferreira Soares, nº 400, Q. 04, L. 04, Setor Central, Israelândia, CEP: 76205-000 estado de Goiás, doravante denominado **MUNICÍPIO**.

01. CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e do Decreto Estadual nº 10.248, de 31 de março de 2023, do Decreto Estadual nº 10.213, de 7 de fevereiro de 2023, do Decreto Estadual nº 10.333, de 23 de outubro de 2023 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e decorre da solicitação do Município através do **OFÍCIO Nº 787/2025 (Nº SEI [78749248](#))**, do **DESPACHO Nº 1928/2025/GOINFRA/MA-GEMRU-20170 (Nº SEI [81067935](#))** e do **DESPACHO Nº 2679/2025/GOINFRA/PL-GEPRE-13151 ([81647123](#))**, analisado pela Procuradoria Setorial, por meio dos **Pareceres Jurídicos Referenciais nº 55/2022/PR-PROSET-ANS ([54200225](#))**, nº **107/2022/PR-PROSET-ANS ([54200238](#))**, nº **180/2024/PR-PROSET-ANS ([79574226](#))** e nº **563/2025/PR-PROSET-ANS ([81508887](#))**, tudo constante do **Processo SEI n.º [202200036002188](#)**, de acordo com as cláusulas e condições a seguir.

02. CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

O presente termo tem por objeto **ALTERAR** o CONVÊNIO Nº 101/2022/GOINFRA ([000028039314](#)),